

CGTP: novas formas de trabalho “retiraram o tapete” aos sindicatos

 publico.pt/2024/02/23/economia/noticia/cgtp-novas-formas-trabalho-retiraram-tapete-sindicatos-2081347

Exclusivo

O teletrabalho e as plataformas digitais colocam “exigências acrescidas” aos sindicatos e obrigam a “romper com práticas cristalizadas”. Mas o foco da CGTP continuará a ser os locais de trabalho.

O teletrabalho, o trabalho em plataformas digitais ou a externalização de serviços vieram para ficar e “colocam exigências acrescidas aos sindicatos e ao trabalho de sindicalização”, alerta a CGTP no programa de acção para os próximos quatro anos – que será discutido e aprovado no 15.º Congresso da Intersindical que tem lugar, hoje e amanhã, no Seixal. Mas embora reconheça que é preciso “romper com rotinas e práticas cristalizadas”, a central sindical continua a colocar o foco da sua acção nos locais de trabalho quando há um número crescente de pessoas que trabalham a partir de casa, em regimes híbridos ou sem qualquer ligação com um local de trabalho.

Isabel Camarinha, que deixa a liderança da CGTP neste congresso por ter atingido o limite de idade, reconheceu, em entrevista ao PÚBLICO, que é preciso apostar em novas formas de contacto com os trabalhadores e nos meios digitais. Contudo, afirmou, “a esmagadora maioria dos trabalhadores continua a desenvolver a sua actividade nos locais de trabalho” e, por isso, é aí que a acção dos sindicatos se deve manter.

Para Hermes Costa, sociólogo e professor na Universidade de Coimbra, as novas formas de trabalho potenciadas pela pandemia “retiraram o tapete aos sindicatos” e trazem desafios à sua representatividade e organização, obrigando-os a reagir.

“Creio que está a ser afectada não apenas a dimensão mais intuitiva da representatividade, mas igualmente outras formas de representatividade de recorte mais qualitativo, relacionadas com o grau de cobertura da população activa empregada pelas convenções colectivas de trabalho, a abrangência dos locais de trabalho pelos sindicatos, os aspectos inerentes à conflitualidade laboral, a potencial influência das organizações sindicais na formação das políticas públicas ou ainda a efectiva capacidade de mobilização social”, sublinha.

“Os sindicatos deviam pelo menos tentar adaptar-se de forma mais pronunciada aos novos tempos e procurar aproveitar as novas tecnologias para treinar filiados e simpatizantes para um activismo digital”, sugere.

Usar o trunfo das redes sociais

Esse tem sido, lembra, “o trunfo que outros movimentos, ditos inorgânicos, têm utilizado com forma de aumentarem a sua base social de apoio ou de criarem maior impacto e mobilização junto da opinião pública ou de populações não sindicalizadas”.

Também o sociólogo Elísio Estanque defende que, com o mundo digital a expandir-se para todas as direcções, é importante que os sindicatos “ainda com uma grande representatividade” procurem novas formas de difundir a sua mensagem através das plataformas digitais.

Os sindicatos, afirma, têm consciência dos desafios que têm pela frente e é por isso que deviam apostar em novos canais de comunicação e usar o digital em benefício próprio.

A única vez que o programa de acção se debruça sobre esta problemática é para falar na necessidade de “reflectir” sobre as potencialidades das novas formas de comunicação, nomeadamente para alargar o alcance da propaganda sindical e levar a “mensagem” a mais trabalhadores, mas sem se comprometer com medidas em concreto.

Além de aprovar as linhas de acção da CGTP para os próximos quatro anos, o congresso ficará marcado pela renovação de um quarto dos dirigentes dos órgãos da central sindical, incluindo a secretária-geral, Isabel Camarinha, que atingiu o limite de idade e será substituída no cargo por Tiago Oliveira de 43 anos e coordenador da União de Sindicatos do Porto (USP).

Para Hermes Costa, a escolha de um líder relativamente jovem poderia, em teoria, “abrir caminho para uma percepção mais arejada da intervenção dos sindicatos”, tal como “há quatro anos, a figura de uma mulher seria uma forma de combater, pelo menos para o exterior, o menor protagonismo das mulheres nos sindicatos”. A realidade veio mostrar que “estas mudanças na estrutura estão longe de anunciarem mudanças de práticas”, lamenta.

Minorias socialista e do BE desafiam novo líder

Entre as várias correntes de opinião política e ideológica que compõem a CGTP, o nome indicado pela comissão executiva para secretário-geral reúne algum consenso, mas socialistas e bloquistas desafiam Tiago Oliveira a abrir a central a uma maior participação das tendências minoritárias.

Fernando Gomes, da corrente sindical socialista e membro da comissão executiva, nada tem a apontar ao novo líder em termos pessoais e sindicais. O problema, diz, reside na sua ligação ao PCP (é membro do comité central) e nas consequências que isso tem no modo de funcionamento da Intersindical.

“Do ponto de vista pessoal e humano, nada temos a apontar, mas estamos em campos diferentes. Nós defendemos que deve haver mais democracia no funcionamento da CGTP e tudo indica que os órgãos da central vão continuar fechados do ponto de vista político e ideológico”, critica, defendendo que haja uma maior representatividade dos socialistas e dos dirigentes do Bloco de Esquerda nos órgãos da central.

Do lado do BE, Nelson Silva, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisuais e um dos 147 membros do conselho nacional, destaca o trabalho positivo feito por Tiago Oliveira na USP.

“Esperamos que continue esse trabalho e que possa abrir mais a central à participação das tendências minoritárias”, destaca.

Numa resposta conjunta enviada ao PÚBLICO, os cinco conselheiros nacionais da corrente do BE desafiam o novo líder a abrir os órgãos da central sindical a todas as tendências. “O novo secretário-geral indicado pela actual comissão executiva, que conhecemos razoavelmente bem, teria o nosso apoio se desse já um sinal diferente e assumisse a democracia plena nos diversos órgãos da central. Pode e deve fazê-lo, pois será ele que coordenará a linha da CGTP no próximo mandato com um colectivo que pode ter coesão se houver pluralidade e ninguém ficar de fora”, defendem.

Estes dirigentes defendem a entrada de representantes da corrente de opinião política ideológica do BE na comissão executiva da CGTP.

A composição deste órgão, que pode ter até 30 elementos, só deverá ficar fechada durante o congresso. Mas a avaliar pelas palavras da actual secretária-geral, Isabel Camarinha, as pretensões das minorias não serão atendidas e a comissão executiva continuará a ter dirigentes dos principais sindicatos e as tendências comunista, católica e socialista que estiveram na fundação da Intersindical em 1970.

Sérgio Branco, professor universitário e um dos rostos da corrente católica na actual comissão executiva, considera que o novo líder “traz o rejuvenescimento necessário e tem condições para ficar mais tempo à frente da central”.

“É alguém respeitado pelas várias tendências, tem uma abordagem directa e uma experiência valiosa na promoção da unidade”, faz notar. **Com Ana Begonha**